


Canoas, n. 58, 2025.

 <https://doi.org/10.18316/dilogo.v1i58.12679>

Da Rua Para’Nóia: Pesquisa e Extensão Universitária para a Justiça Social e os Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Rua

Daniel Keller¹

Suelen Bomfim Nobre²

Letícia Vieira Braga da Rosa³

Claudia Schemes⁴

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar como a curricularização da extensão universitária pode contribuir para a promoção da justiça social e dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, por meio da atuação conjunta entre acadêmicos e esta população. O projeto “Da Rua Para’Nóia”, desenvolvido pela Universidade Feevale, é investigado como exemplo de aplicação desses princípios. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, e utiliza a pesquisa participante e a sistematização de experiências para compreender as práticas extensionistas. Os dados foram coletados a partir de documentos, relatórios, registros das atividades do projeto e materiais educacionais. O projeto articula saberes das áreas de Comunicação, Enfermagem, Pedagogia, Farmácia e Psicologia, promovendo oficinas, atendimentos e atividades de educação popular, saúde e cidadania. Os resultados demonstram que a extensão universitária, ao integrar ensino, pesquisa e prática, é uma ferramenta efetiva para transformar a realidade de populações vulnerabilizadas, oferecendo um espaço de coautoria e diálogo. Considera-se que a curricularização da extensão universitária, ao priorizar as vivências práticas e empregar uma perspectiva interdisciplinar e colaborativa, consolida-se como um espaço de aprendizagem potente para a promoção de uma sociedade mais equânime, inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Direitos Humanos; Vulnerabilidade; Educação; Extensão.

¹ Doutorando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Graduado em Design de Moda e Tecnologia pela Universidade Feevale (FEEVALE). Atua como pesquisador nas áreas de design, antropologia, pensamento pluriversal, pesquisa de artefatos, usabilidade e estratégias de produto. E-mail: danielgkeller@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3861-4904>

² Pós-doutora em Educação (Unochapecó). Doutora em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Atua como Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. E-mail: suelennobre@feevale.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6414-0959>

³ Doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (FEEVALE). Graduada em Jornalismo e em Relações Públicas pela Universidade Feevale (FEEVALE). Atua como professora da Universidade Feevale, lecionando nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. E-mail: leticiaabragadarosa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5420-5322>

⁴ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Titular da Universidade Feevale. Endereço Postal: ERS-239, 2755, Vila Nova/Novo Hamburgo/RS. E-mail: claudias@feevale.br Orcid <https://orcid.org/0000-0001-8170-9684>

Da Rua Para'Noia: University Research and Extension for Social Justice and Human Rights of People Experiencing Homelessness

Abstract: This study aims to analyze how the curricularization of university extension can contribute to promoting social justice and human rights for people experiencing homelessness, through the joint action of academics and this population. The “Da Rua Para’Nóia” project, developed by Universidade Feevale, is examined as an example of the application of these principles. The adopted methodology is qualitative, exploratory-descriptive in nature, and uses participatory research and the systematization of experiences to understand extension practices. Data were collected from documents, reports, records of project activities, and education materials. The project integrates knowledge from the fields of Communication, Nursing, Pedagogy, Pharmacy and Psychology, promoting workshops, services, and activities focused on popular education, health, and citizenship. The results show that university extension, by integrating teaching, research, and practice, is an effective tool for transforming the reality of vulnerable populations, providing a space for co-authorship and dialogue. It is concluded that the curricularization of university extension, by valuing lived experiences and adopting an interdisciplinary and collaborative approach, serves as a powerful learning space for building a more just, inclusive, and democratic society.

Keywords: People Experiencing Homelessness; Human Rights; Vulnerability; Education; Extension.

1 Introdução

A educação para a justiça social e os direitos humanos das pessoas em situação de rua é uma pauta permanente que assumiu caráter de urgência no Brasil, diante do agravamento das desigualdades sociais. A vivência nas ruas expõe sujeitos a múltiplas violações, exigindo ações intersetoriais e comprometidas com a transformação social. Nesse contexto, a universidade assume papel fundamental, especialmente por meio da extensão universitária, como espaço privilegiado de articulação entre políticas públicas, formação crítica e práticas emancipadoras.

A extensão universitária, principalmente quando curricularizada, constitui-se como campo potente de interlocução entre o saber acadêmico e as experiências vividas por comunidades vulnerabilizadas. Como destaca Freire (1999, 2022a, 2022b) a educação crítica nasce do diálogo, da escuta ativa e do reconhecimento da alteridade como base para a construção do conhecimento. Nesse sentido, a extensão transforma-se em prática situada e colaborativa, promovendo deslocamentos epistemológicos e metodológicos que tensionam as estruturas tradicionais da universidade.

Quando orientada por princípios éticos e transformadores, a curricularização da extensão permite que a universidade se reestruture e se reconfigure como agente de transformação social. Projetos desenvolvidos no Brasil desde 2019 com foco na população em situação de rua demonstram a diversidade e abrangência das ações possíveis: desde oficinas educativas em saúde e cidadania, até o desenvolvimento de estratégias intersetoriais com serviços públicos e instituições comunitárias. Observa-se também a crescente presença de ações culturais e de defesa de direitos, revelando a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na construção de práticas mais democráticas e inclusivas.

Objeto deste estudo, o projeto “Da Rua Para’Nóia”, desenvolvido pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS), exemplifica a potência da extensão universitária como instrumento pedagógico, político e social. Criado em 2019, o projeto tem como objetivo central promover a saúde, os direitos humanos e a cidadania das pessoas em situação de rua, contribuindo para a visibilidade social da população em situação de rua. Suas atividades são desenvolvidas em parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP) de Novo Hamburgo.

A execução do projeto está amparada pelo comitê que analisa, aprova e assessora os projetos de extensão e é vinculado à universidade Feevale, através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. O projeto tem o objetivo de “promover a saúde, os direitos humanos e a cidadania das pessoas que vivem em situação de rua em Novo Hamburgo, contribuindo para a visibilidade social e para a garantia de direitos desta população” (Feevale, s.d., s.p.).

Para esta análise, a metodologia adotada neste artigo é de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório, orientada pelos pressupostos da pesquisa participante e da sistematização de experiências. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender as práticas extensionistas a partir da vivência concreta dos sujeitos envolvidos — estudantes, docentes, profissionais dos serviços públicos e, principalmente, pessoas em situação de rua. Os dados foram produzidos a partir da análise documental de relatórios de extensão, registros das atividades do projeto, apresentações em eventos acadêmicos, materiais educacionais (como o jornal *Vozes da Rua*) e da Cartilha da População Adulta em Situação de Rua de Novo Hamburgo. A triangulação entre essas diferentes fontes permitiu uma compreensão aprofundada da trajetória do projeto, seus impactos e desafios, assegurando o rigor metodológico e a fidelidade aos princípios ético-políticos que orientam a extensão universitária crítica.

Toma-se como objetivo geral analisar como a curricularização da extensão no ensino superior pode contribuir para a promoção da justiça social e da educação em direitos humanos, por meio da atuação conjunta com pessoas em situação de rua e da produção de materiais educacionais e afetivos que fortaleçam a dignidade humana. E, para alcançá-lo, foram escolhidos os seguintes objetivos específicos: (a) Caracterizar as abordagens de Educação para Justiça Social e Direitos Humanos no contexto das pessoas em situação de rua; (b) analisar as práticas de educação voltadas para as pessoas em situação de rua em projetos de extensão universitária e (c) descrever as práticas do projeto “Da Rua Para’Nóia” para que se dê a intersecção entre ensino, pesquisa e extensão. O artigo espera demonstrar a potência desta modelação para a promoção dos direitos humanos e da justiça social por meio da educação.

O arcabouço teórico deste estudo propõe que o projeto “Da Rua Para’Noia” seja um espaço de articulação de experiências de ensino orientadas pelas pessoas em situação de rua e viabilizadas a partir de ações que se dão tanto no âmbito de atividades de extensão, como também de pesquisa. A educação em prol dos Direitos Humanos e da Justiça Social da população em situação de rua, para a perspectiva da abordagem estudada aqui, passa pela orientação da educação popular emancipatória, orientada por Freire (1999, 2022a e 2022b), mas também por práticas que Fals Borda denominaria de investigação-ação participativa (1997). Os indicadores que serviriam para avaliar este sistema de conceitos e práticas estão baseados em documentos como relatórios, anais de eventos, publicação de estudos científicos, ações de divulgação científica e outras práticas relacionadas ao projeto, a partir do prisma da triangulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O projeto “Da Rua Para’Nóia” trata-se de uma iniciativa interdisciplinar que articula saberes das áreas da Comunicação, Enfermagem, Pedagogia, Farmácia e Psicologia. Através da comunicação, por exemplo, são desenvolvidos produtos jornalísticos junto às pessoas em situação de rua, como o jornal “Vozes da Rua”, que opera como linguagem política e educativa. Na saúde, o projeto proporciona atendimentos de enfermagem e oficinas de autocuidado; na educação, apoia a realização de oficinas de educação popular; e, na psicologia, promove oficinas de saúde mental e acompanhamento de trabalhadores do Centro POP.

Entre as práticas implementadas pelo projeto, destacam-se oficinas temáticas, a produção do *podcast* “Escuta a Rua” e o jornal “Vozes da Rua”, que se consolida como uma estratégia de educomunicação voltada à escuta, expressão e visibilidade das narrativas das pessoas em situação de rua. O projeto também se articula ao programa “Consultório na Rua”, integrando ações de saúde e escuta ativa, reforçando o compromisso com práticas territorializadas e com o cuidado integral à população em situação de rua.

A produção de conhecimento e a divulgação científica constituem eixos estruturantes do projeto. A participação de estudantes em eventos como o Salão de Extensão e o Inovamundi, entre 2019 e 2024, evidencia a inserção acadêmica e a relevância formativa do projeto. Ainda a respeito da divulgação científica, a “Cartilha da População Adulta em Situação de Rua de Novo Hamburgo”, lançada como resultado de um recenseamento realizado entre 2019 e 2020, integra o esforço de sistematizar dados e promover o conhecimento público sobre essa população. Desenvolvida em parceria com o Centro POP, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a FAPERGS e o CNPq, a cartilha busca fomentar a construção coletiva de políticas públicas a partir de uma escuta horizontal e da valorização da experiência vivida. A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, reforça a necessidade de ações articuladas entre universidade, serviços públicos e sociedade civil na promoção da cidadania.

As ações desenvolvidas no projeto exemplificam a potência da extensão universitária como instrumento de transformação social, produção de conhecimento e afirmação de direitos humanos. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, promovem práticas educativas baseadas no diálogo, na escuta e na coautoria dos sujeitos. A universidade, nesse processo, reafirma seu compromisso com os princípios da justiça social, especialmente quando atua em parceria com os territórios e comunidades historicamente excluídas. A experiência desenvolvida em Novo Hamburgo mostra que a educação para os direitos humanos deve ser construída a partir de práticas concretas, baseadas na convivência, na interdisciplinaridade e na ação situada. O reconhecimento da população em situação de rua como sujeito de direitos exige, da universidade, uma escuta atenta, um olhar crítico e uma prática comprometida com a transformação das estruturas sociais excludentes.

Como estágio final, espera-se apresentar características deste projeto como elementos constituintes de uma possibilidade de educação para os direitos humanos e a justiça social. Elementos estes que estão alinhados ao pensamento freiriano do exercício da educação popular e de práticas de aprendizagem baseadas em investigação-ação participativa, conforme proposto por Fals Borda (1999).

A análise do projeto “Da Rua Para’Nóia” demonstra a relevância da extensão universitária como uma ferramenta de transformação social, que vai além do simples repasse de conhecimento acadêmico. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, o projeto promove um espaço de aprendizado crítico e colaborativo, onde os acadêmicos e pesquisadores se envolvem ativamente na construção de práticas pedagógicas voltadas para a promoção dos direitos humanos e da justiça social. A metodologia adotada, que une os princípios da educação popular emancipatória de Paulo Freire e a investigação-ação participativa de Fals Borda, fortalece o

caráter dialógico e colaborativo da educação, permitindo que os envolvidos — tanto acadêmicos quanto pessoas em situação de rua — sejam coautores do processo de aprendizagem e transformação. Através dessas práticas, a universidade assume seu papel de agente de transformação social, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no cotidiano das comunidades vulnerabilizadas, reforçando a necessidade de uma educação que reconheça e valorize a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento. Dessa forma, a curricularização da extensão universitária se configura como um espaço potente para a construção de práticas mais inclusivas e democráticas, que efetivamente contribuem para a redução das desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 Educação para Justiça social e direitos humanos da pessoa em situação de rua

A promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua passa, necessariamente, pela garantia do direito à educação em suas múltiplas dimensões. Não se trata apenas do acesso formal a instituições escolares, mas da criação de ambientes de aprendizagem que reconheçam e valorizem as trajetórias, saberes e necessidades específicas dessa população. A educação, nesse contexto, torna-se ferramenta de justiça social, capaz de fomentar processos de subjetivação, fortalecimento da cidadania e reconstrução de vínculos comunitários.

A condição de extrema vulnerabilidade vivida por pessoas em situação de rua é marcada por uma série de violações estruturais que as afastam dos direitos básicos, inclusive da educação. Em muitos casos, há um histórico de exclusão escolar, ausência de políticas públicas efetivas e descontinuidade no atendimento intersetorial. Por isso, pensar a educação como instrumento de transformação social exige abordagens comprometidas com a equidade e com o reconhecimento da dignidade humana em sua integralidade.

Como aponta Thelma (2024), “abordar o acesso à educação requer uma abordagem multifacetada, incluindo reformas políticas, investimento em infraestrutura e a promoção de práticas inclusivas”. Isso significa compreender que as barreiras enfrentadas pelas pessoas em situação de rua não são apenas materiais, mas também simbólicas, ligadas ao estigma, ao preconceito e à invisibilização de suas vozes nos processos educativos. A escuta ativa, o respeito à alteridade e o compromisso com práticas pedagógicas libertadoras tornam-se, assim, fundamentos ético-políticos centrais para qualquer proposta educacional que vise a justiça social.

Nessa perspectiva, os estudos de Almeida e Reis (2018), Kingston (2014) e Sarmiento e Menegat (2021) apontam caminhos relevantes para uma compreensão crítica da educação em direitos humanos como estratégia de consolidação democrática, emancipação dos sujeitos e

transformação social. Todos os autores convergem na ideia de que a educação em direitos humanos deve promover valores como a dignidade, a igualdade, o respeito à diversidade e a justiça social, sendo capaz de empoderar comunidades vulneráveis e fomentar uma cultura de direitos (Almeida & Reis, 2018; Kingston, 2014; Sarmiento; Menegat, 2021).

Além disso, os textos enfatizam a importância de formar cidadãos críticos e globalmente conscientes, capazes de compreender suas responsabilidades ético-sociais e atuar na defesa da democracia e da paz (Kingston, 2014). A construção dessa cidadania crítica requer metodologias participativas e abordagens interdisciplinares que conectem teoria e prática, como a aprendizagem-serviço, as parcerias comunitárias e o envolvimento direto com contextos sociais concretos (Sarmiento; Menegat, 2021).

Ao mesmo tempo, os autores alertam para os desafios enfrentados na implementação efetiva da educação em direitos humanos, como resistências institucionais, carência de recursos e dificuldades em integrar a temática aos currículos escolares (Almeida & Reis, 2018). Tais desafios se agravam quando pensamos nas populações em situação de rua, que frequentemente permanecem fora das políticas públicas educacionais, sendo tratadas como exceção ou como casos assistenciais.

A articulação entre direitos humanos, educação e justiça social, portanto, precisa ser atravessada pela ética da alteridade e pela valorização das diferenças culturais, sociais e individuais (Sarmiento; Menegat, 2021). Isso implica reconhecer o outro em sua complexidade e construir práticas pedagógicas que não apenas ensinem direitos, mas que também os vivenciem no cotidiano das relações educativas.

Como reforça Thelma (2024), “ao integrar os princípios dos direitos humanos aos sistemas educacionais dentro de estruturas de desenvolvimento sustentável, as sociedades podem cultivar uma geração de cidadãos informados e comprometidos com a promoção e a proteção dos direitos humanos para todos”. A partir desse compromisso, é possível ampliar os horizontes da educação popular e da extensão universitária, contribuindo para que sujeitos em situação de rua sejam reconhecidos como protagonistas na construção de políticas e saberes que dizem respeito às suas próprias existências.

O avanço do pauperismo nos séculos XIX e XX exacerbam as consequências das desigualdades sociais a partir do êxodo rural, do aumento da população urbana, de ciclos de desemprego, da desvalorização da mão de obra operária frente às exigências do mercado neoliberal, do aumento das crises climáticas e outras situações que fazem com que o grupo de pessoas em situação de rua venha a abarcar um heterogêneo contexto.

A referência pessoa em situação de rua se tornou uma espécie de ‘palavra mágica’ utilizada [...] para englobar um extenso rol de outras classificações como migrantes, coletores de materiais recicláveis, albergados, profissionais do sexo, usuários de drogas, trabalhadores itinerantes, andarilhos, desabrigados e camelôs. Não raro são as referências aos cidadãos em situação de rua como mendigos, catadores e sem teto (Rodrigues; Fernandes; Delgado & do Valle in Rodrigues & Fernandes, 2020, p. 23).

Assim, pensar nos direitos humanos das pessoas em situação de rua precisa, primeiramente, estar alinhada à complexidade deste contexto, não apenas por questões físicas, econômicas ou materiais, mas também pelas consequências da construção simbólica que estas pessoas sofrem devido à estigmatização de seu modo de vida.

Na gênese das pessoas em situação de rua (Rodrigues; Fernandes; Delgado; do Valle in Rodrigues; Fernandes, 2020) aponta para um processo que tem início nas relações entre senhorios e escravizados, passando por classificações morais e militares a respeito da vadiagem como contravenção social e das barreiras sociais impostas a determinadas pessoas por questões de classe, gênero, etnia, cor da pele ou país de origem. A abordagem de coletivização de pessoas em situação de rua no Brasil só se deu a partir de 2004, quando a Política Nacional de Assistência Social, através da resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro, sob a oportunidade de realização de um censo nacional, estabelece “pessoa em situação de rua” como uma categoria pela qual pessoas poderiam ser analisadas e acompanhadas. “A Política Nacional para inclusão de social das populações em situação de rua [...] define como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (Rodrigues; Fernandes; Delgado & do Valle in Rodrigues; Fernandes, 2020, p. 40).

As análises bibliográficas oriundas de outras pesquisas brasileiras a respeito da população em situação de rua também reforçam a necessidade de conscientizar a sociedade em geral ao fato de que a pauperização é uma construção cultural e econômica e não deve ser naturalizada como um efeito do contemporâneo (Rodrigues; Fernandes; Delgado; do Valle in Rodrigues; Fernandes, 2020; Rodrigues, 2016).

3 Políticas e práticas de educação extensionista para justiça social

Através dos atores envolvidos nos processos de aprendizado, a extensão universitária ocupa um espaço relevante na conjugação entre educação, direitos humanos e justiça social. Ao aproximar estudantes e docentes dos territórios e comunidades vulnerabilizadas, a extensão possibilita o deslocamento do saber acadêmico para práticas situadas, colaborativas e orientadas pela escuta das demandas reais.

Nesse contexto, a extensão deixa de ser apenas um eixo complementar da formação e se torna um campo político e pedagógico potente. A curricularização da extensão, quando comprometida com princípios éticos e transformadores, permite à universidade tensionar suas estruturas internas e reformular suas práticas, promovendo aprendizagens ancoradas em experiências compartilhadas com sujeitos históricos diversos (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015).

Ao promover esse tipo de engajamento, a universidade fortalece seu papel como agente de transformação social, contribuindo para a criação de políticas públicas mais sensíveis às realidades dos grupos historicamente excluídos e, ao mesmo tempo, formando sujeitos capazes de agir politicamente nos territórios que habitam e atravessam.

Trabalhos publicados no Brasil a respeito de projetos de extensão e pessoas em situação de rua, desde 2019, apontam para eixos temáticos que se articulam entre temas como (a) educação em saúde, a partir da realização de oficinas e ações educativas voltadas para temas como hipertensão, diabetes, qualidade de vida, saúde bucal e prevenção de doenças; (b) estratégias de assistência à saúde, especialmente, especialmente por meio de projetos como "Consultório na Rua"; (c) projetos intersetoriais Parcerias entre universidades, centros de referência e outras instituições para oferecer suporte à população em situação de rua, integrando ensino, pesquisa e extensão, (d) produção artística e cultural, (e) ações de conscientização e defesa de direitos, desenvolvidas com o objetivo de combater a estigmatização e invisibilidade social. Alguns trabalhos, como de Fernanda Gomes Dias; Larissa Vieira Bernardi; Letícia Braga da Rosa e Lovani Volmer (2022), desenvolveram relatos de experiências a respeito de adaptações tecnológicas e estruturais para a manutenção dos atendimentos às pessoas em situação de rua durante a pandemia de COVID-19.

Base teórica para este estudo, a publicação "Cidadãos em Situação de Rua", organizada pelos pesquisadores Igor Rodrigues e Dmitri Cerboncini Fernandes e publicada em 2020, também é fruto de um projeto de pesquisa interdisciplinar da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inclusive, com desdobramentos imagéticos, o projeto busca compreender a sociabilidade e os modos de vida dos cidadãos em situação de rua. Com mais este relevante exemplo, se faz mais clara a importância de projetos entre instituições de ensino e ações de pesquisa como bases para o desenvolvimento de projetos voltados ao público em situação de rua.

O caráter socioformativo da aprendizagem na extensão como é entendido, portanto, como uma responsabilidade social universitária, sendo um convite para a geração de laços com o território, estimulando o habitar com e em outro, o que, por sua vez, gera círculos virtuosos articulados com os agentes do seu entorno (Severino-Gonzalez, 2022). Ao integrar o ensino

com a extensão universitária, torna-se possível adotar abordagens pedagógicas que incentivam a aprendizagem autônoma e colaborativa. Isso ocorre porque os alunos passam a ser guiados pela resolução de problemas e situações reais, interligando conteúdos acadêmicos com questões sociais que se conectam às realidades dos envolvidos.

Dentro da tríade extensão-pesquisa-ensino, surge a proposta de uma reconfiguração do currículo a partir da extensão, que deve orientar a pesquisa e retroalimentar o ensino, alicerçando a gestão acadêmica (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015). Essa perspectiva contrapõe-se ao modelo atual, no qual ensino e pesquisa estão subordinados às exigências mercadológicas do “negócio educação”, o que acaba por desvalorizar a extensão. Esta é, então, frequentemente reduzida a ações assistencialistas, parcerias comerciais entre universidades e empresas ou limitada a cursos e eventos que apenas disseminam o saber acadêmico; desvirtuando o foco da responsabilidade com a justiça social.

Por conseguinte, a legitimação da extensão como uma função acadêmica integrada ao currículo deve ser compreendida a partir da proposta de “universalizar a extensão” ou “extensionalizar” o currículo (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015). De acordo com essa definição, a extensão deve ser um processo acadêmico fundamentado nas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade, alinhado à proposta pedagógica dos cursos e às políticas públicas, e, assim, fundamental à formação cidadã. A extensão precisa superar suas contradições históricas e se reconfigurar como um espaço de construção de conhecimento, assumindo uma abordagem dialógica, crítica, interdisciplinar e emancipatória (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015).

Profundamente relacionada a esta ideia de extensão universitária, está a proposta da educação popular, de Paulo Freire, especialmente quando se considera o papel da extensão na formação cidadã e no desenvolvimento de práticas pedagógicas que envolvem a comunidade de forma dialógica e transformadora. A extensão universitária, de acordo com Schemes et. al. (2024) e Keller & Schemes (2024) é um processo que vai além da simples difusão de conhecimentos acadêmicos, buscando atuar em um intercâmbio cultural, no qual a universidade não se coloca como detentora do saber, mas como um agente de diálogo e transformação. A extensão, dessa maneira, se alinha ao conceito de educação popular de Freire (1997, 2022a e 2022b), ao promover uma prática pedagógica libertadora que visa não apenas a transmissão de conteúdos, mas a conscientização e o protagonismo dos envolvidos. Por isso, torna-se relevante defender a extensão universitária como um espaço para a construção conjunta de saberes, no qual as pessoas envolvidas se tornam co-autoras do processo educativo.

A prática dialógica que Freire enfatiza em sua pedagogia é um ponto crucial quando pensamos em relação aos projetos de extensão. Para Freire (2022a), a educação deve ser baseada no diálogo constante entre educador e educando, e essa ideia se reflete na forma como os projetos de extensão devem ser estruturados. Pesquisas anteriores (Schemes et. al. , 2024; Keller & Schemes, 2024) apontam que a extensão deve ser entendida como um espaço de colaboração entre universidade e comunidade, onde as realidades dos envolvidos são reconhecidas e as soluções para os problemas enfrentados são construídas de maneira compartilhada. Nesse processo, os membros da comunidade não são apenas receptores de conhecimento, mas agentes ativos que trazem suas próprias experiências e conhecimentos para o processo.

Schemes et. al. (2024) e Keller & Schemes (2024) destacam ainda que a extensão deve ser orientada pelas demandas sociais, buscando construir soluções coletivas e solidárias que atendam às necessidades da comunidade. Nesse sentido, a extensão universitária se torna um meio de emancipação, pois, assim como na educação popular de Freire, busca libertar os sujeitos das amarras das desigualdades sociais, econômicas e culturais, promovendo a autonomia dos indivíduos e coletivos. Freire (1996) afirma que a educação deve ser um meio de transformação social, e, da mesma forma, os projetos de extensão devem ser pensados como instrumentos.

Se de um lado, os projetos de extensão se apoiam no pensamento da educação social emancipatória, a pesquisa científica destes grupos tende a considerar abordagens de maior integração entre pesquisa e ação e a participação ativa dos sujeitos da pesquisa. Essa metodologia, ao envolver os participantes no processo de produção do conhecimento, cria uma dinâmica colaborativa que pode ser vista como uma extensão das práticas científicas convencionais, mas com um foco claro na transformação social e na prática reflexiva. Fals Borda (1999), sociólogo colombiano, vê esta abordagem como uma forma de promover transformações sociais por meio de uma prática de pesquisa que integra teoria e ação, em oposição aos modelos tradicionais de pesquisa, que muitas vezes tratam os participantes como objetos de estudo em vez de agentes ativos. Borda (1999) nomeia esta abordagem como Investigação-Ação Participativa (IAP).

Para o autor, (ibidem, 1999) na IAP o pesquisador passa a ser um facilitador do processo de construção coletiva do conhecimento, enquanto os participantes se tornam co-pesquisadores. Os sujeitos da pesquisa não são mais vistos apenas como objetos de estudo, mas como agentes ativos que têm o direito de influenciar o curso da pesquisa e contribuir para as soluções propostas. Dessa forma, a IAP propõe uma descolonização do saber, reconhecendo que as

comunidades têm conhecimento válido e relevante para a transformação de suas próprias realidades. A proposta da IAP é de integrar de forma contínua a reflexão e a ação. Isso significa que, ao longo do processo de investigação, os participantes não apenas refletem sobre as realidades que estão sendo estudadas, mas também realizam ações práticas para transformá-las. A ação é, portanto, uma parte integrante do processo de pesquisa, permitindo que os resultados da pesquisa não sejam apenas teóricos, mas gerem impacto direto na realidade dos participantes de forma dinâmica, com consequências sociais concretas.

O processo de aprendizado nas abordagens de Freire (1997, 2022a, 2022b) e Fals Borda (1999) envolve uma dinâmica interativa entre acadêmicos, pesquisadores e participantes. Diante das pesquisas documentais realizadas, para os acadêmicos e pesquisadores, o aprendizado ocorre de forma dialógica e emancipatória, na qual eles se veem não como detentores do conhecimento, mas como facilitadores e co-participantes da pesquisa. O contato direto com as comunidades e a escuta ativa das experiências vividas pelos participantes levam os pesquisadores a uma reflexão crítica sobre suas próprias práticas e teorias. Eles são desafiados a abandonar uma postura objetivista e neutra, assumindo uma perspectiva ética e transformadora no processo investigativo.

Para a comunidade participante, o aprendizado é igualmente significativo, pois eles não são meros receptores de informações, mas são co-construtores de conhecimento. O processo de conscientização, central tanto na pedagogia freiriana quanto na IAP, é um passo crucial, pois possibilita aos participantes entender as dinâmicas de poder que os afetam e desenvolver a capacidade de agir para transformar suas próprias realidades. A participação ativa no processo de investigação e ação permite que os indivíduos se empoderem e se tornem agentes críticos da mudança social.

4 O projeto de Educação Para-Nóia

O projeto “Da Rua Para’Nóia”, desenvolvido na Universidade Feevale, constitui-se como uma iniciativa de relevância social e acadêmica voltada à população em situação de rua. Para além da intervenção social, o projeto opera como dispositivo pedagógico que articula ensino, pesquisa e extensão a partir de uma prática territorializada, dialógica e interdisciplinar. O projeto começou suas atividades como um diagnóstico socioinstitucional realizado pelo Centro Integrado de Psicologia da Universidade Feevale junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP) de Novo Hamburgo no primeiro semestre do ano de 2017. Depois dessa ação, se constituiu como um projeto de extensão. O projeto faz parte dos programas e projetos sociais da Universidade

Feevale (Novo Hamburgo/RS), iniciou suas atividades no ano de 2019 e tem como objetivo principal promover a saúde, os direitos humanos e a cidadania das pessoas que vivem em situação de rua em Novo Hamburgo, contribuindo para a visibilidade social e para a garantia de direitos desta população. As atividades são desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP) de Novo Hamburgo.

Este projeto de extensão vem ao encontro da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009) que entende que os grupos que vivem em pobreza extrema, cujos vínculos familiares foram interrompidos ou estão fragilizados e que não possuem moradia convencional regular e que, portanto, utilizam espaços públicos como moradia, devam ser acolhidos legalmente. O decreto define uma série de princípios, objetivos e busca padronizar o funcionamento dos espaços de acolhimento (Brasil, 2009).

Ainda em relação à legislação vigente, foi criado pelo decreto nº 11.341, de 01 de janeiro de 2023 a Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos (DDPR) com o objetivo de estabelecer políticas públicas destinadas à promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025).

Organizadas em sistemas de encontros semanais com dias fixos, cada área de agrupa de acordo com o plano semestral das oficinas, possibilitando estar em atividades no Centro Pop ou na universidade Feevale, principalmente, nos dias de gravação dos podcasts.

Figura 1: Post na rede social Instagram sobre uma oficina



Fonte: Da Rua Para Noia, 2025a.

Diante do que já foi exposto a respeito dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, a divulgação científica é outro pilar relevante para o projeto, de modo que busca compartilhar conhecimentos desenvolvidos, também refletir junto à comunidade a respeito das problemáticas encontradas nestes contextos. Assim, três principais ações constituem a

estratégia de divulgação do projeto “Da Rua Para’Nóia”. São elas: a cartilha desenvolvida por pesquisadores do projeto, eventos institucionais de divulgação científica, por fim, organização de seminários que abordem as pautas relacionadas à população em situação de rua.

A “Cartilha da População Adulta em Situação de Rua de Novo Hamburgo” (Giongo et. al., 2020) apresenta os principais resultados de um recenseamento realizado entre os anos de 2019 e 2020, com o intuito de compreender as vivências, demandas e possibilidades de intervenção para essa população no município. O material foi desenvolvido como parte de um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Feevale, em parceria com o Centro POP de Novo Hamburgo, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a FAPERGS e o CNPq, entre outras instituições. Com o objetivo de “atribuir visibilidade às demandas dessa população no município”, a cartilha também busca fomentar “a construção coletiva de políticas públicas”, partindo de uma perspectiva que considera essencial a articulação horizontal entre universidade, sociedade civil, serviços públicos e as próprias pessoas em situação de rua. Essa abordagem se alinha a uma visão integradora e interdisciplinar das políticas sociais, especialmente no que diz respeito à garantia de direitos e à promoção da cidadania. Como aponta a cartilha, “nenhuma teoria será suficiente para dar conta da realidade encontrada e todo resultado obtido é fruto de um processo de construção coletiva, histórica e social”. A equipe de pesquisa foi composta por 16 integrantes, entre professores universitários, acadêmicos da Universidade Feevale, profissionais do Centro POP e do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS).

De outro lado, a participação estudantil em eventos acadêmicos consolida a indissociabilidade entre ensino e extensão, ao permitir que os discentes experienciem a construção do conhecimento em situações reais, desenvolvam competências investigativas e críticas, e atuem como agentes de transformação social. A diversidade dos cursos envolvidos — como Psicologia, Enfermagem, Pedagogia e Comunicação — reafirma o caráter interdisciplinar do projeto e amplia suas possibilidades de intervenção e análise. A análise da participação em eventos institucionais, como o Salão de Extensão e A Feira de Iniciação Científica Inovamundi, entre os anos de 2019 e 2024, evidencia o alcance e a sustentabilidade do projeto, bem como sua capacidade formativa e de produção de conhecimento. Até o ano de 2024, foram apresentados 49 trabalhos acadêmicos vinculados ao projeto — sendo 26 no Salão de Extensão e 23 na Feira de Iniciação Científica — com a participação de 31 estudantes e 9 docentes de distintas áreas do conhecimento. Observa-se um crescimento expressivo nas submissões em 2020 e 2021, possivelmente relacionado ao contexto pandêmico, que intensificou as vulnerabilidades sociais da população em situação de rua e demandou respostas

mais incisivas da universidade. A ausência de trabalhos em 2022 sugere um ponto de inflexão, enquanto os dados de 2023 e 2024 indicam uma retomada gradual das atividades.

A análise qualitativa das palavras-chave dos trabalhos permitiu a identificação de sete eixos temáticos predominantes: população em situação de rua; direitos humanos e políticas públicas; saúde e vulnerabilidade; educação e trabalho; gênero e violência; comunicação e participação popular; e temas específicos, como envelhecimento, impactos psicossociais da Covid-19 e uso de substâncias psicoativas. Tais temáticas refletem uma abordagem multidimensional da realidade da população em situação de rua e indicam a presença de metodologias investigativas e extensionistas fundamentadas na escuta, na observação participante e no engajamento ético com os sujeitos envolvidos. No que tange à dimensão dos direitos humanos, os trabalhos abordaram, de forma recorrente, os direitos à saúde, educação, trabalho e renda, igualdade, não discriminação, proteção contra a violência e moradia. Essa ênfase revela a centralidade da extensão universitária como instrumento de denúncia, visibilização e enfrentamento das múltiplas violações de direitos que acometem essa população. Por sua vez, o envolvimento docente assegura a articulação entre teoria e prática, bem como a mediação necessária para que as ações extensionistas se configurem como experiências de aprendizagem significativas. A presença recorrente do projeto nos eventos institucionais da universidade não apenas socializa os resultados alcançados, mas também tensiona as fronteiras entre produção científica e intervenção social. Ao promover a circulação de saberes produzidos com e sobre populações em situação de rua, o projeto reafirma o papel da universidade como agente comprometido com a justiça social e a promoção dos direitos humanos.

Seminários também tem se mostrado uma forma interessante de compartilhar os conhecimentos desenvolvidos no projeto, ampliar as reflexões com participação de pessoas da comunidade externa, envolvidos com as pautas da população em situação de rua, bem como, faz com que a abordagem horizontal do projeto se fortaleça no ambiente universitário. Com três edições já realizadas até 2023, o “Olha para a rua”, seminário sobre população em situação de rua, tem como objetivo Este evento visa promover uma reflexão sobre a saúde integral, cidadania e direitos civis, além de problematizar as situações de discriminação e invisibilidade da população em situação de rua. Este seminário, também busca gerar debates que possam facilitar a relação entre os diferentes segmentos da sociedade envolvidos com a população em situação de rua.

Figura 2: Divulgação do Seminário “Olha pra Rua!”

Fonte: Feevale (2023).

Além das ações de divulgação científica, a comunidade também pode interagir com o projeto através da distribuição eventual de versões impressas do jornal “Vozes da Rua” e também da página do projeto na rede social Instagram (Da Rua Para’Nóia, 2025b). Os dois canais de comunicação se complementam na medida em que conferem materialidades distintas a cada ação de divulgação do projeto e suas ações, buscando compartilhar informações relevantes para o público mais diverso e amplo possível.

5 Conclusão

A promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua está intimamente ligada à garantia do direito à educação, entendida em suas múltiplas dimensões. A educação não se restringe ao acesso formal a instituições escolares, mas abrange a criação de ambientes de aprendizagem que reconheçam e valorizem as trajetórias, saberes e necessidades específicas dessa população. Nesse contexto, a educação se torna uma ferramenta poderosa de justiça social, capaz de promover processos de subjetivação, fortalecer a cidadania e contribuir para a reconstrução de vínculos comunitários.

A condição de extrema vulnerabilidade vivida pelas pessoas em situação de rua é resultado de uma série de violações estruturais que as afastam dos direitos básicos, incluindo o direito à educação. Muitas carregam um histórico de exclusão escolar, ausência de políticas públicas efetivas e um atendimento intersetorial fragmentado e ineficaz. Esse panorama evidencia a necessidade de conceber a educação como um instrumento de transformação social, que se comprometa com a equidade e o reconhecimento da dignidade humana em sua totalidade.

Este estudo teve como objetivo analisar como a curricularização da extensão universitária pode promover a justiça social e os direitos humanos das pessoas em situação de rua, destacando a importância de uma abordagem educacional inclusiva e transformadora. Os

principais resultados encontrados demonstraram a efetividade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na construção de práticas educacionais que não apenas ensinam direitos, mas também os vivenciam, impactando positivamente a realidade das populações vulnerabilizadas.

A relevância da educação popular e da investigação-ação participativa como metodologias de transformação social se reflete na prática do projeto “Da Rua Para’Nóia”. Este projeto exemplifica de maneira concreta como diferentes saberes de áreas como Comunicação, Enfermagem, Psicologia e Pedagogia podem convergir para promover a dignidade e os direitos das pessoas em situação de rua, criando espaços de aprendizagem que reconhecem as trajetórias e as necessidades dessa população. O caráter interdisciplinar da ação, integrado ao compromisso com práticas pedagógicas libertadoras, reforça a importância de um ensino que ultrapasse as fronteiras do conteúdo acadêmico tradicional, dialogando diretamente com as realidades sociais e as demandas da comunidade.

Ao destacar o potencial transformador da extensão universitária, especialmente quando curricularizada, fica claro que a universidade não é apenas um centro de conhecimento, mas também um agente de transformação social. Ao conectar teoria e prática, a extensão universitária fortalece a cidadania, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e combate às desigualdades sociais, evidenciando o papel central da educação na promoção dos direitos humanos e na efetivação da justiça social.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo, como a necessidade de uma amostragem maior e de acompanhamento longitudinal dos impactos dessas práticas na vida das pessoas em situação de rua. Futuras pesquisas podem se debruçar sobre o aprofundamento da análise de outros projetos semelhantes, bem como avaliar os resultados a longo prazo, oferecendo uma compreensão mais abrangente dos efeitos sociais dessa atuação educacional.

Também entram no panorama os desafios enfrentados por todos os participantes, no que tange as crises climáticas, políticas e infra-estrutura para o atendimento das pessoas em situação de rua. Estas questões acabam por implicar em transferências de atividades por questões como alagamentos, abordagem ostensiva da polícia e agentes públicos e, por fim, pelo baixo investimento em infra-estrutura do Centro Pop de Novo Hamburgo. No entanto, também é fundamental enfatizar o trabalho exímio da equipe de atendimento no Centro Pop parceiro, no sentido de prestar o melhor atendimento possível dentro da realidade da instituição, ocupando um lugar de destaque nas narrativas ouvidas ao longo do projeto oriundas dos

beneficiários, acadêmicos da universidade e corpo docente. Fica claro que a sinergia entre as instituições parceiras é um fator de sucesso para o projeto.

Desta forma, a conclusão deste estudo ressalta o papel central da extensão universitária como uma ferramenta de transformação social, que integra ensino, pesquisa e ação em um espaço de diálogo e colaboração entre a universidade e as comunidades vulneráveis. Ao adotar uma abordagem dialógica e participativa, a extensão se reconfigura como um campo pedagógico que vai além da simples disseminação de conhecimento, promovendo a construção conjunta de saberes e empoderando os sujeitos envolvidos. Inspirados nas práticas pedagógicas de Paulo Freire e na metodologia da Investigação-Ação Participativa de Fals Borda, os projetos de extensão emergem como espaços de emancipação, onde os participantes se tornam co-pesquisadores e protagonistas de sua própria transformação social. A curricularização da extensão, portanto, deve ser encarada como um processo fundamental para a formação cidadã, capaz de integrar as demandas sociais à prática acadêmica, superando as contradições históricas e potencializando a universidade como um agente transformador. A legitimidade da extensão universitária, nesse contexto, é fortalecida pela sua capacidade de gerar impactos sociais concretos, contribuindo para a criação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades dos grupos historicamente excluídos, como as pessoas em situação de rua.

Por fim, é fundamental refletir sobre a importância de considerar as experiências vividas das pessoas em situação de rua como uma fonte legítima de conhecimento. Essas vivências enriquecem a educação e a pesquisa, proporcionando percepções valiosas que podem fortalecer ainda mais os esforços para promover os direitos humanos e a justiça social. O reconhecimento da dignidade e da humanidade dessa população é essencial para o avanço de práticas educacionais e sociais que busquem, de fato, uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ALMEIDA, C. N.; REIS, H. E. A educação em direitos humanos como ferramenta de consolidação e expansão dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos (RIDH)**, Bauru, v. 6, n. 1, p. 45-59, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/569> . Acesso em: 20 abr. 2025.

BORDA, O. F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (investigación acción participativa). **Análisis político**, v. 38, p. 71-88, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 1.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm . Acesso em: 27 de abr. 2025.

DIAS, F. G; BERNARDI, L. V.; ROSA, L. B.; VOLMER, L. Jornal vozes da rua: edição especial sobre covid-19. In: **ForExt 2021: os objetivos de desenvolvimento sustentável e a extensão**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022. **Anais**. Disponível em: <https://bib.pucminas.br/pergamumweb/vinculos/00001b/00001baf.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2025.

FEEVALE. **Sobre o projeto**. Disponível em: <https://www.feevale.br/pesquisa-e-extensao/programas-e-projetos-sociais/direitos-humanos/da-rua-paranoia>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

GIONGO, C. R. et al. **Cartilha população adulta em situação de rua de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale [internet], 2020.

KINGSTON, L N. The Rise of Human Rights Education: Opportunities, Challenges, and Future Possibilities. **Societies Without Borders**, v. 9, n. 2, p. 188-210, 2014. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.case.edu/swb/vol9/iss2/5>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KELLER, D; SCHEMES, C. Reimaginar é possível? Desaprendizagens no design de Moda: práticas pedagógicas decoloniais e produção de acervo museal a respeito de migrações. **Cadernos Cajuína**, v. 1, p. e904-e904, 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. População em Situação de Rua. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua> . Acesso em: 27 abr. 2025.

POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm . Acesso em 10 abr. 2025.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua> . Acesso em: 10 abr. 2025.

PROJETO DA RUA PARA'NÓIA. Disponível em: <https://www.feevale.br/pesquisa-e-extensao/programas-e-projetos-sociais/direitos-humanos/da-rua-paranoia> . Acesso em: 10 abr. 2025.

RODRIGUES, I. **A construção social do morador de rua**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

RODRIGUES, I; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SCHEMES, C. et al. Curricularização da Extensão e a Articulação com a Pesquisa: Um Relato da Experiência de Ensino-Aprendizagem Baseada em Projetos sobre Migração e Inclusão. **Cadernos Cajuína**, v. 5, p. e249538-e249538, 2024.

SEVERINO-GONZÁLEZ, P. et al. Responsabilidad social universitaria y competencias socioemocionales. Escala de percepción de los estudiantes de El Salvador. **Interciencia**, v. 47, n. 4, p. 126-132, 2022.

THELMA, C. C. The Intersection of Human Rights and Education: Challenges and Opportunities. **International Journal of Research and Innovation in Social Science (IJRISS)**, v. 8, n. 4, p. 2545-2560, 2024. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.47772/IJRISS.2024.804249> . Acesso em: 20 abr. 2025.

Data da submissão: 07/05/2025

Data da publicação: 29/08/2025.

Editoria deste artigo: Dra. Maria de Lourdes Borges.